

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**EXCLUSÃO SOCIAL ONTEM E HOJE.
Conjuntura ou estratégia de poder.**

MARCELO RAIMUNDO ASSUNÇÃO

**Monografia apresentada como exigência para
conclusão do Curso de Bacharelado em
História - Instituto e Ciências Humanas e
Sociais (ICHS) - UFOP**

Mariana

Maior 2006

MARCELO RAIMUNDO ASSUNÇÃO
00.2.3017

EXCLUSÃO SOCIAL ONTEM E HOJE.
Conjuntura ou estratégia de poder.

Banca Avaliadora

Prof. M. Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira (Orientador)

Prof. Dr. Fábio Fav ersani

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Mariana

Maio 2006

SUMÁRIO

SÍNTESE.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I	
1.1- As origens.....	9
CAPÍTULO II	
2.1-Exclusão Social - um fenômeno natural ou intencional.....	19
2.2-Exclusão social em Mariana.....	23
CAPÍTULO III	
3.1- Análise do indicador educação.....	27
CAPÍTULO IV	
4.1 -Análise do indicador renda.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
ANEXO.....	43

SÍNTESE

Exclusão social é um termo que, a partir dos anos 90 do século XX, passou a ser constantemente citado para pontuar desigualdades sociais no âmbito internacional, regional, municipal. Hoje, índices de exclusão a partir de indicadores estabelecidos são cada vez mais comuns e servem para comparar populações. O poder público, também tem nesta ferramenta, uma fonte de informação para o estabelecimento de políticas apropriadas de gestão. Os índices de exclusão calculados no Brasil, independente do foco - regional, municipal ou setores' de um município - têm mostrado ilhas de desenvolvimento cercado por área de exclusão. Neste trabalho, foi determinado o índice de Desenvolvimento Renda e Educação do município sede de Mariana, usando com base o Mapa da Exclusão Social em Mariana de Junho 2003. O resultado não foi diferente do padrão do Brasil. Uma análise histórica com foco no período de formação das Minas (1696 a 1789), região onde Mariana está inserida, mostra que exclusão social estava presente, e se mantém, resultado de ações, omissões e permissões de uma ordem econômica centralizadora de renda.

INTRODUÇÃO

(...) não há uma sequência causal única e abrangente na história e toda a causa aponta para um determinado fenômeno será uma entre múltiplos outros possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico.

Max Weber

Segundo Ana Tereza¹, a História, a partir dos anos setenta do século XX, seguindo uma linha epistemológica iniciada pelo trabalho de Fernand Braudel, tornou uma especialidade das inércias. Acredita ser necessário que a história, enquanto produção intelectual acerca do passado da humanidade, rompa com discurso de alguns expoentes das Annales de tempo imóvel e mundo social como dotado de “respiração natural regular e imutável”. Esta nova história deve ser explicativa e integrar características econômicas, sociais, culturais, e ideológicas de um determinado contexto histórico.

Na periodização de Roger Chartier, antes dos anos 60, os dois projetos de escrever História dominante eram: o estruturalismo e a submissão aos procedimentos dos números e séries. No primeiro as percepções e intenções dos indivíduos eram relegadas a identificação das estruturas que comandavam as organizações sociais e econômicas, afastando o objeto do conhecimento histórico da subjetividade dos atores. A quantificação dos fenômenos, estatísticas, construções de séries do segundo projeto faziam supor que o mundo social podia ser escrito em linguagem matemática. A partir dos anos 60 a história pode retomar ao caminho que havia proposto já no início do século XX; tal a ciência social. especialmente a sociologia durkheimiana identificar estruturas e regularidades e portando, formular relações gerais.

Essa nova história deslocou o foco para além do objeto. As estruturas deram lugar as redes e normas coletivas passam a reflexo de estratégias singulares. O objeto da história tem o sujeito como ponto central em que controla as estruturas os mecanismos que as regulam².

¹ GONÇALVES. Ana Thereza Marques: A oposição aos imperadores durante o período dos Severos. Uma análise da obra de Herodiano. São Paulo. USP. Dissertação de mestrado. 1996.

² CHATIER. Roger: A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Annotação de José Sérgio Leite Lopes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7. n 13. p. 102.

Se a história dominante (1988) trabalhava para dar sentido estruturalista e serial aos estudos das sociedades antigas e contemporâneas. Max Weber, já no início do século passado, afirmava que não há uma sequência causal única e abrangente na história. Assim, toda causa apontada para um determinado fenômeno será uma entre múltiplas possíveis³. Um mesmo fato histórico na linha do tempo pode, a cada vez, ser reflexo de diferentes causas, decorrentes de uma conduta humana subjetiva (ato, omissão, permissão), uma vez que é orientada por quem a executa, mais racional quando menos submetido aos costumes e afetos e mais orientados para um planejamento estratégico⁴.

porém, se a ação social é fruto de ações individuais que podem estar direcionadas para atingir um objetivo, é possível que ao longo do tempo mudem as ações e conjunturas, mas permaneça o objetivo. Assim não fosse o que explicaria a manutenção de desigualdades sociais que, nas Minas, conforme pretendo mostrar nesse trabalho, nascem com ela e perpetuam até os dias atuais?

A descoberta do ouro no final do século XVII empreendeu a região uma dinâmica social e econômica em um curto espaço de tempo sem precedente na história do Brasil. Conforme será demonstrado no capítulo sobre origens, no intervalo de 1696-1749, respectivamente o ano que Salvador de Mendonça Furtado encontrou as primeiras pepitas de ouro no Ribeirão do Carmo⁵ e o estabelecimento do primeiro bispado em Minas, com a solenidade do “Áureo Trono Episcopal”, uma sociedade urbana se estabeleceu e já nela diferenças sociais foram percebidas. O estabelecimento de marcos relacionados a Mariana são propositais uma vez que, embora trabalho faça referência à região, parte do foco geográfico fará referência a esta cidade.

Com relação ao recorte temporal, a década de 1740 coincide com início da decadência da extração dos faiscadores, conforme cartas das câmeras a sua majestade (Caeté em 1 de setembro 1742 e São João Del Rei a 10 de outubro de 1744) Nelas, o estado de decadência da capitania foi invocado, ainda que com o objetivo de proposta da alteração do sistema de cobrança de impostos. Neste

³ CONH. Gabriel: *Max Weber*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática 1989. p. 24

⁴ QUINTANEIRO. Tânia e BARBOSA. Maria Lígia e OLIVEIRA. Márcia Garelilá: *Um toque de clássicos*, Durkheim, Marx e Weber. BH. Editora UFMG 2000. p. 107.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História geral da Civilização Brasileira* Pg 283- A *Época colonial* 2º V. Ed. Difel, RJ e SP, 1977.

tempo, as estruturas da sociedade mineradora já haviam se estabelecido e Áureo Trono Episcopal foi uma referência. Porém, o ano de 1789 é a melhor referência temporal em função do objetivo que este trabalho propõe: apontar a exclusão social uma condição histórica e permanente, exclusiva na cidade de Mariana.

Segundo Ângelo Carrara.

“O resumo da matéria foi feito em junho de 1789 pelos camanistas de Mariana, que repetiam as expressões tomadas coerentes a partir de então: a Capitania de Minas Gerais chegara a um estado de miséria extrema, e o seu futuro estava ameaçado por uma total ruína”⁶.

O Áureo Trono Episcopal é também um fato marcante, pois exemplifica as estruturas temporais e espirituais com as quais as Minas se formaram: Estado e a Igreja. Cada um a serviço de seu interesse e permitindo instituições leigas- as Irmandades - no seio das quais as camadas sociais se agrupavam e que eram usadas como associações de interesse grupal, que no imaginário contemporâneo transmitia uma sensação de inclusão social a todos, sendo, entretanto, um elemento de divisão social a serviço de um projeto de poder.⁷

A partir de 1990 a ONU começou a divulgar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Este índice foi criado para avaliar a qualidade de vida de países e, sem dúvida, foi um avanço em relação ao PTB que era o indicador de até então. O indicador PIB é a média da riqueza gerada e pode não estar distribuída no conjunto da população. Para cálculo do IDH são considerados três indicadores que para a ONU são dimensões do desenvolvimento humano: vida longa e saudável, instrução e padrão de vida decente medida pela renda.

Ainda que um avanço em relação ao índice anterior - PIB. o IDH tem recebido críticas, como de Márcio Pochmann da Unicamp:

“O IDH se mostra, cada vez mais, insuficiente e inadequado para medir o desenvolvimento humano de um país. Ele não mede, por exemplo, a violência e o desemprego. O índice de exclusão social feita pela Unicamp em 2002, por exemplo mostra o Brasil em 109ª posição entre 175 países observados. Uma

⁶ CARRARA. Ângelo Alves: *Historiografia Econômica Mineira*, adaptado da tese de doutorado Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais 1696-1807. Rio de Janeiro. UFJR- 1997-pg4.

⁷ Salles. Fritz Teixeira de: *Associações religiosas, no ciclo do Ouro*. Centro de Estudos Mineiros. BH, 1963. n. 34

realidade diferente da observadas pela PNUD, onde ocupava, em 2003, o 63º lugar de 175 países observados”⁸

No Brasil, embora criticado, o método de cálculo da ONU tem sido usado e expandido em outros indicadores que, na visão dos autores, melhor dimensionam as diferenças e a exclusão social das regiões, das cidades, e dos bairros/regiões que as constituem.

Neste trabalho, no capítulo exclusão faremos a alusão a estas especificidades. inclusive criando um Atlas da desigualdade em regiões do município sede Mariana, usando como base pesquisa NEASPOC - Mapa da exclusão social em Mariana - Municípios e Distritos (por setor censitários) - 2003.

Porém, se as desigualdades sociais já estavam presentes na criação das Minas - Mariana inclusive - e a mais de três séculos se mantêm, gráficos e rabeias podem representar uma volta à história estrutural e seriada - a constatação do visível. Este trabalho fará referência mínima a tabelas, números e Atlas que são indispensáveis ao entendimento da proposta.

Segundo Dilma Rousseff, ministra da casa civil do governo Lula, “embora nos números da ONU o Brasil tenha apresentado evolução, a considerar somente o crescimento econômico, serão necessárias cmase duas décadas para superar as desigualdades. Mister se fazem políticas cara assegurar emprego e renda para a população”⁹. Por se só esta afirmação já demonstra, na visão do poder constituído. a importância do viés econômico na sociedade atual, inclusive sendo um dos indicadores usados pela ONU oara cálculo do IDH. Este destaque se deve a correlação renda X longevidade e educação já que. numa sociedade capitalista, os dois últimos são bens acessíveis a quem possui recursos financeiros para pagá-los. Este trabalho fará uma análise deste indicador. Fará também uma análise do indicador educação que é uma porta de acesso à renda.

⁸ Jornal valor econômico - 8/9/2005- Agência O Globo do Rio.

⁹ .Jornal valor econômico - 08/09/2005- Agência O Globo do Rio.

CAPÍTULO I

As origens

A sociedade é desigual entre os constituintes. Esta afirmativa pode ser comprovada todas as vezes que um grupo desta sociedade, mesmo com características comuns que lhes conferem numa primeira impressão o status de iguais, é comparada a outros grupos. Entre os constituintes de uma sociedade também é sempre possível apontar diferenças significativas, tanto no campo social quanto econômico. Mesmo no Brasil, onde historicamente não existe em grande escala divisões religiosas, luta de etnias, a língua é falada em todo o território pela maioria esmagadora da sociedade e é um elemento de integração nacional, estamos longe de um padrão equilibrado de distribuição de condições objetivas de vida entre os constituintes desta sociedade. Minas não foge à regra. Era assim e continua.

A sociedade para Comte (1798-1857) é o conjunto de seres vivos e mortos na medida em que continuam, através da lembrança, a influenciar em uma ação igual aos seus descendentes. Assim é formada pela acumulação de experiência e saber que constitui um espírito objetivo que liga gerações entre si, capaz de se adaptar a fenômenos externos, que lhe confere uma mobilidade progressiva contínua graças à sucessão de gerações. A Sociologia seria a ciência que faltava, o meio dos homens poderem conhecer seu passado e dele extrair a linha evolutiva que os levaria a um futuro certo e inequívoco.¹⁰

Segundo o conceito de Comte, a sociedade mineira, após 300 anos de acúmulo de experiências de sucessivas gerações, deveria ocupar um estágio onde as diferenças sociais, se não eliminadas, estivessem em um padrão aceitável de equilíbrio.

É certo que no século XVIII, as Minas, dominada pelo ouro que havia avançado raízes século XVII, havia uma composição social e econômica heterogênea, ainda que houvesse oportunidades econômicas e mobilidade

¹⁰ MORAES FILHO, Evaristo de: *Comte*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo. Ed Ática. 1989 . p. 16.

proporcionadas pelo baixo custo da atividade mineradora e pela possibilidade real de uma extração rentável.¹¹

Numa sociedade mineradora formada por um contingente humano, para Caio Prado Júnior: “Como uma empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”¹², em função da intensidade das correntes migratórias, espontâneas ou compulsórias de renóis, nativos ou escravos, em um ambiente rico, pouco povoado e com escassez de gêneros de primeira necessidade, era de se esperar uma sociedade desigual.

O relevo estritamente acidentado e o foco na exploração relegaram às áreas afastadas das minas, a produção dos gêneros e meios de transporte para manutenção humana. Aos mineradores que se empenhavam diretamente na atividade de mineração restava um aporte maior de recursos na compra destes mantimentos. Nestes primeiros tempos, temos que considerar que o território ainda virgem, se representava uma vantagem, representava também desvantagem aos povos que aqui se encontravam. As medidas restritivas de acesso as Minas, postos de fiscalização, proibição de acesso de estrangeiros, etc. resultava em disponibilidade de ouro que contrapunha a escassez de gêneros alimentícios. No primeiro quartel do século XVIII foram registradas duas grandes fomes descritas por Antonil¹³ na imagem de um cadáver como um sabugo de milho na mão.

Como é comum até hoje, e em todas as partes do mundo, a notícia descoberta de uma jazida natural em terras devolutas é sempre acompanhada de um fluxo migratório. Nos anos 80 do século XX, a descoberta de ouro no garimpo de Serra Pelada-Sul do Pará transformou a região. As fotos locais da época deixaram à impressão de um enorme formigueiro humano. Em volta destes, as cidades e acampamentos vão crescendo na velocidade e proporção da propagação da notícia e da ostentação de alguns, gerados pelo ouro que é retirado da terra. O Estado não tem, entretanto a mesma velocidade dos forasteiros. Os comerciantes e outros prestadores de serviços são rápidos em preencher o vácuo de necessidades humanas a preços que, a falta de concorrência e por que não, fartura de recursos

¹¹ SOUZA, Laura de Mello: *Desclassificados do Ouro - A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro. Ed Graal. 1982.

¹² JÚNIOR, Caio Prado: O sentido da Colonização. In: *Formação econômica do Brasil: Sentido da colonização*. 4 ed: Brasiliense, 1968. p. 31

¹³ ANTONIL, André João: *Cultura e Opulência do Brasil* : Ed. Itatiaia. BH. 1982. p.169.

de alguns, o inflacionam. Digo de alguns porque em Serra Pelada alguns poucos enriqueceram, mas uma grande maioria não, seja porque não trabalharam na exploração própria, seja porque acreditaram na inesgotabilidade desta e não perenizaram suas rendas. Foi um garimpo rico e desigual.

Voltando as Minas, o fluxo migratório chegou assustar ao reino. Pela primeira vez se formou um fluxo migratório espontâneo para a colônia. Do nordeste, vieram, principalmente, mão-de-obra escrava. De Piratininga, o novo apelo eram as possibilidades abertas por uma atividade possível com baixa inversão. A atração foi o que de maior houvera até então. O novo Eldorado que vislumbravam os portugueses da época motivou grande numero deles a liquidar suas pequenas posses na colônia e imigrar, com financiamento próprio na esperança de em, pouco tempo, alcançar fortuna aqui¹⁴.

Embora em nenhum momento tenham sido maioria da população, a escravidão era a base do trabalho. A sociedade que se formou foi diferente da até então estabelecida colônia. Se o meio social dos engenhos de açúcar determinava duas classes: senhores e escravos uma vez que o volume de recursos necessários a formação de uma empresa açucareira restringia a um pequeno número de afortunados a empreitada, nas minas, uma nova organização foi possível. O escravo tinha uma maior mobilidade e não raro, alguns chegavam a trabalhar como autônomos os que lhe permitia comprar sua casa própria liberdade através das manumissões. Assim, uma complexa sociedade foi constituída, e pela primeira vez, sob o domínio do Estado uma vez que Portugal submeteu-a a um regime especial de leis e tribulação, que não são objetos deste trabalho. Deve-se, entretanto ressaltar a presença de administradores renóis nas sociedades urbanas que se formaram, estas sim, uma característica importante das minas.

Mas a mineração que iniciou auspiciosa na primeira metade do século XVIII, um século depois já se mostrava esgotada, seja em função da formação geológica de aluvião de fácil exploração, imediata rentabilidade porém com pouca sobrevida, seja em função da pouca técnica e ferramentas disponíveis a exploração que não a de aluvião¹⁵. As cidades concentraram a vida social das Minas. Os

¹⁴ FURTADO, Celso: *Formação econômica do Brasil*. 16. ed. - São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.

¹⁵ PRADO Júnior, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo ...op. cit.*, p. 179

proprietários de minas e fazendeiro que a foram instalando entorno das cidades e minas e eram nas cidade que se reuniam os administradores, padres, negociantes, advogados, artesãos, militares. Nelas se concentrava a vida social, as festas comemorativas, as associações religiosas leigas - as irmandades e ordens religiosas.

O estado português se fez presente deste a descoberta quando, em abril de 1702 criou o Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados e a partir da qual estabeleceu as bases que lhe interessavam que era: comprar os impostos, controlar os serviços de mineração e resolver os pleitos entre os mineradores¹⁶. Para executar o regimento, em cada capitania onde foi descoberto o ouro foi estabelecido uma entidade administrativa: a intendência; com poderes executivo e judiciário. Das suas atribuições executivas a que melhor empenhou foi a fiscal, arrecadadora e combater os descaminhos do ouro. Fomentar a produção, orientação técnica para aperfeiçoamento dos métodos de extração foram relegadas frente aos objetivos arrecadatários, estes sim, efetivados com eficiência. Como judiciário, falhavam na regularização da propriedade das jazidas que resultava em disputas intermináveis proporcionados pela burocracia.

Entretanto, não deve ser relegado que, sendo a atividade mineradora a mais rentável na colônia, uma política que resultasse em dividendos econômicos, em uma visão imediatista, endossando o sentido da colonização de Caio Prado Júnior, deve ter exercido em grande fascínio aos dirigentes contemporâneos. As estruturas sociais não eram prioridades. Controle da população, evitar os descaminhos do ouro, manutenção do mercantilismo impedindo desenvolvimento de outros de outras atividades que não a extração na região, tudo através de elaboração de leis e regulamentos foram políticas que privilegiaram o econômico ao mesmo tempo em que buscava reduzir demandas sociais, frente a presença pequena do Estado¹⁷.

É certo que frear o fluxo migratório para uma região onde há possibilidades reais, ainda que para alguns, de melhores condições de vida-na época encontraram ouro- é uma tarefa com poucas chances de vitoriosa. Na mineração, a possível lucratividade uma vez que era baixo investimento necessário quando comparada às

¹⁶ PRADO Júnior, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo* ...op. cit, p. 176.

¹⁷ COSTA, Iraci del Nero da e LUNA, Francisco Vidal. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: Minas Colonial: Economia e Sociedade. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. p, 1-30.

outras atividades, conjugado com a situação econômica deficitária de metrópole. aliam a ganância e espírito aventureiro dos renóis. A s custas da decadência de outras atividades, em uma área relativamente pequena. portando demograficamente concentrado surgiu o núcleo urbano dependente de produtos de subsistência que não era capaz de produzir, criando uma interdependência regional. Uma sociedade constituída nessas bases necessariamente resultaria em uma sociedade desigual.

Em *Desclassificados do Ouro - a pobreza mineira do século XVIII*, Laura de Melo e Souza, aponta na bibliografia dos anos 60-70 “um súbito interesse pelas minorias, pela marginalidade e pela exclusão”. Estas minorias objetos de análises, são oriundas de desvios comportamentais - loucos, criminosos - aos mendigos e imigrantes que nos dias atuais, foram lançados por um sistema capitalista nas periferias dos centros urbanos. A questão que coloca é como definir que elemento está ou não inserido em determinada sociedade, em que difere ou em que se assemelha aos demais elementos da sociedade em que está sendo comparado.

O conceito de marginalidade, para Laura de Mello e Souza, é elástico e impreciso. Pode, para os sociólogos, que abandonaram conceito psicológico, representar aqueles marginalizados pelo processo econômico de expropriação, de acumulação de bens, de mão de obra para as indústrias e da reserva controladora de salários. Para os historiadores ele é ainda pior, pois, abriga mendigos (falsos e verdadeiros) feiticeiros, alquimistas pícaros e vagabundos. Em resumo: o insólito e o exótico¹⁸.

Considerando o conceito sociólogo, mesmo hoje, não seria possível abarcar toda a gama de indivíduos. A dinâmica da sociedade há muito deixou de ser restrita a aspectos econômicos. Historicamente também não abarcaria. Se voltarmos a origem da sociedade mineira, os habitantes da idade do ouro para Iraci Del Nero Costa seriam de homens descritos como uma turba de truculentos, velhacos, e de baixa extração prontos para explodir em revolta. Solteiros não tinham nada a perder. Intratáveis e incontroláveis dos quais reino tinha dificuldade de cobrar os quintos¹⁹. Os paulistas foram classificados com mais afeitos a atividade comercial; os religiosos não receberam melhor considerações que o resto

¹⁸ SOUZA, Laura de Mello: *Desclassificados do Ouro...* op. cit, p.

¹⁹ COSTA, Iraci del Nero da e LUNA, Francisco Vidal: *Ocupação...* op. cit. p.4

da população já que foram acusados como responsáveis pelo descaminhos do ouro. Nesta população o conceito de marginalidade quase abarcaria grande parte dos indivíduos. “Marginalidade, segundo Laura, implica em “separar de um todo uniforme” que é impossível nesta condição. Por este motivo propõe o conceito de “desclassificado social” que remete a uma ordem reversa. Se existe um desqualificado é por que existe uma classificação em um grupo heterogêneo e diversificado.

Mariana esteve no centro destes processos sócio econômico a partir de 1696 quando Salvador de Mendonça Furtado localiza as primeiras pintas no Ribeirão do Carmo. Na região com impressionante rapidez, são constituídos arraiais mais ou menos populosos. É certo que algum deles desapareceram também com rapidez . A permanência dependia do ouro disponível, e nos recursos necessários para explorá-lo, que influía também na estrutura social e econômica destas comunidades . Resultava em pleitos, demandas próprias muito mais nas cidades que no campo. Justifica, segundo Sérgio Buarque, a primeira ação de Antônio de Albuquerque como primeiro governador da capitania de São Paulo e Minas de Ouro: a 8 de abril de 1711, criar a vila do Ribeirão do Carmo.

Uma sociedade embrionária, com elementos de várias procedências e estratos, espelhará a sua formação. No início, o sistema de delimitação das áreas de mineração possibilitava a redução das diferenças uma vez que, além dos recursos materiais e em escravos havia sempre o fator sorte a possibilitar equilíbrio social. Mas o escasseamento do ouro de aluvião e a necessidade da busca nas encostas com as técnicas ainda que primárias - pela primeira vez. no Morro da Mata Cavalos, perto do arraial da Passagem - vai se estabelecendo uma escala social pautada pela posse.²¹

Portugal entendia que, caso implantasse na sua colônia americana os padrões sociais e vigentes na Metrópole reforçaria na colônia os interesses da coroa. O pensamento era que a sociedade deveria se organizar em uma ordem social que preservasse e reforçasse os interesses da Coroa. O Mercantilismo era a política. A translação pura e simples de padrões ibéricos de estrutura social numa

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História geral da Civilização Brasileira*,,. op. cit, p. 275

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História geral da Civilização Brasileira*... op. cit, p. 283

sociedade desigual, pautada em trabalhos forçados dos nativos ou escravidão (nativos, africanos, ou mestiços) implicava em ritmos próprios²².

O Estado se instalou em Minas, oficialmente, em 1702 com o Regimento Superintendentes, Guarda Mores e Deputados, no qual estabelecia seu interesse de cobrar impostos, controlar e resolver pleitos entre mineradores.²³ Outra instituição portuguesa que logo se fez presente na colônia foi a Igreja. Da primeira missa celebrada pelo Pe. Canjica em 1669, as cerimônias de Triunfo Eucarístico (1733) e criação do Bispado de Mariana em (1745) pode-se entender como tempo de institucionalização da estrutura Ibérica a cuidar do espiritual. Marcas enumeradas como referência da institucionalização já são uma mostra de sua característica maior: culto ao exterior marcada através de procissões, culto a imagem, louvor aos santos e edificação de suntuosos templos²⁴. O padroado que aproximava o terreno e espiritual transforma os eclesiásticos à condição de funcionários públicos, sem independência e com obrigação de sustentar-se com cobrança de dízimos. O resultado era um clero desqualificado que fazia da religião um serviço público remunerado²⁵.

O clero setecentista tem sido tratado com desdém pela historiografia. O Bispado de Mariana enfrentava dificuldades na formação Sacerdotal, que repercutia, na prática, na vida mundana dos eclesiásticos como: presença em festas públicas e populares, excesso de bebidas, desconsideração ao celibato, abandono de vestes eclesiásticas. São alguns temas levantados e justifica a má forma²⁶.

Assim, as duas instituições básicas da cultura portuguesa que aqui se instalaram não cumpriram efetivamente a sua função de proteção e ordenação social. O Estado proibiu a instalação de ordens religiosas na capitania sob o argumento de os religiosos serem responsáveis pelo extravio do ouro e insuflarem o não pagamento de impostos, agindo como Estado. Este, eficaz na cobrança maciça de impostos, deixava de cumprir as terrenas básicas da população.

²² Boschi Caio C: *Os leigos e o poder das irmandades e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo. Editora Ática. 1986- p. 142.

²³ PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo* ...op. cit, p. 175.

²⁴ CARRATO, Jose Ferreira: *Igreja, Iluminismo e escola mineira coloniais*. São Paulo. Companhia editora Nacional. 1968

²⁵ TORRES, João Camilo de Oliveira: *1915-1972-. Historia de Minas Gerais*. Vol. II. 3. Editora B. Horizonte. 1980- p. 63.

²⁶ AGUIAR. Marcos Magalhães: *A vida associativa na capitania das Minas Gerais*. "Variaes Historias". BH. N°17, Março 1997. p. 95.

Vez por outra houve até enfrentamento nítido entre as esferas do poder temporal e eclesiástico - como no caso do “roubo dos badalos” e “Áureo Trono Episcopal”, ambos em Mariana ²⁷. Numa sociedade recente e heterogênea, mister se fazia o estabelecimento de símbolos que identificassem a presença da ordem social, no sentido de controlar a população e evitar rebeldias fiscais.

As festas e cerimônias públicas se prestavam como recurso onde, além do papel estabilizador que representavam, estabeleciam uma normalização da natureza jurídica estabelecendo uma estratificação social. Na Europa moderna as cerimônias e rituais públicos estiveram na base da construção da metafísica do corpo do rei e da sociedade. As festas de recepção da realeza medieval era associada a concessão de privilégios dadas as câmeras municipais em troca de direitos ao rei, como pousada, coleta de impostos em gêneros pelas cortes, o novo modelo para as festividades, e que ideologicamente estabelecia a posição política do rei.

Na península Ibérica o triunfo romano foi a matriz, tanto para as entradas régias quando para a procissão de Corpus Christi, esta convertendo-se em modelo básico simultaneamente nas festividades reais como católicos. O pódio - que data do século XIV - levado sobre a cabeça de um monarca francês é introduzidos não procissão de Corpus Christi e também adotados nas entradas régias dos monarcas modernos de modo que a festa do Corpo de Deus transmuta-se em festa do Corpo de Rei²⁸. A representação ideológica das procissões demandava até em estabelecimento de protocolos para as esferas sociais como definida na carta régia de Felipe II -1611 - que proibia os bispos a entrarem em suas paróquias a cavalo e sob o pódio levado por pessoas a pé uma vez que tal cerimônia era exclusiva do rei²⁹.

Na colônia a busca do estabelecimento do domínio metropolitano sobre eclesiástico, entre o poder terreno e espiritual, foi uma constante no século XVIII e forçou arranjos políticos tendo em vista ao controle social que se fazia necessário. No caso do “roubo dos badalos” na noite de 21 de junho 1743, o bispo

²⁷ KANTOR, Íris e JANCSO, Isteván: *Festa e cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. SP. Hucitec. Editora USP. Favesp: Imprensa oficial-2001. p.2

²⁸ KANTOR, Íris e JANCSO, Isteván: *Festa e cultura e sociabilidade na América Portuguesa...* op. cit, p 3

²⁹ KANTOR, Íris e JANCSO, Isteván: *Festa e cultura e sociabilidade na América Portuguesa...* op. cit p. 5

Dom João da Cruz, da arquidiocese do Rio de Janeiro a qual a região era subordinada, não ouviu os repiques dos sinos da matriz e da capela de São Gonçalo, conforme deveria, ao fazer sua retirada pública para freguesia de Camargos. Os sineiros haviam dado falta de todos os badalos. Só por iniciativa de alguns moradores que utilizaram seus martelos manuais, a situação foi remediada em parte, impedindo uma afronta maior. A mando do bispo, a averiguação chegou ao ouvidor de Caetano Furtado de Mendonça, ao Intendente Domingos Pinheiro, a nata graúda da vida e do clero local. A remoção do vigário da vara, Padre Francisco Pinheiro de Afonseca, para outra freguesia teria desagradado a esta elite, além de outras medidas. A devassa do bispo foi contestada pelo ouvidor que argumentava que o bispo tinha transgredido a sua jurisdição e que o episódio não era de sua alçada. Nova devassa foi então instaurada pelo Juiz de fora, apurou responsabilidade diferente da Episcopal - os padres Francisco da Costa e Oliveira e Antônio Sacramento eram os responsáveis pela descortesia pública ao bispo.

Se no “roubo dos badalos” a transgressão foi visível no Áureo Trono Episcopal, cinco anos mais tarde, o formalismo em excesso é que chama a atenção. As cerimônias de investidura do novo bispo foram conduzidas com tamanho esmero que indicava uma necessidade de afirmação do grupo local frente a Coroa, como um reforço da aliança entre colonos e a coroa. A aparente união entre as esferas do poder logo se desfez. Em 1749 o ouvidor Caetano da Costa Matoso acusava o bispo, D. Frei Manoel Da Cruz, de cobrar taxas em demasia. Este disputava palmo a palmo com o ouvidor direito de cobrar tributos das irmandades leigas. O ouvidor foi removido de seu posto³⁰.

Considerando que o Estado e a Igreja estavam, cada um a seu modo, em busca de afirmação, as duas instituições renóis que seriam as responsáveis pela acomodação e proteção social não o faziam.

A sociedade, devido à dinâmica empreendida pela mineração criava diferenças sociais: alguns ricos e um grande número de excluídos, desafortunados e pobres. Ainda que a mineração tenha "teoricamente, aberto às mesmas portas sociais a seus indivíduos, na realidade, havia homens livres e pobres, como a

³⁰ KANTOR, Íris e JANCSO. Isteván: *Festa e cultura e sociabilidade na América Portuguesa...*op. cit, p 3

maioria dos faiscadores e dos garimpeiros”³¹, Laura de Mello e Sousa em *Desclassificados do Ouro*, registra o modo de vida dos excluídos:

“morando mal, comendo pessimamente e vestido pior ainda, os homens livres pobres viviam consteando a desclassificação, constantemente empurrados para ele pelo sistema econômico e pelas violentas e super estruturas de poder (...) Tomados frequentemente como elementos avulsos, desarticulados, os desclassificados realmente não o deixaram de ser, tendo-se em vista uma sociedade fortemente estratificada nos extremos”³².

Nas Minas colonial, o vácuo deixado pelo poder temporal, que deveria ser responsável pela coesão e proteção social, e pelo poder eclesiástico responsável pela paz espiritual, foi preenchido pelas irmandades leigas. A cooperação espontânea entre os indivíduos possibilitava-lhes manter seus interesses. Sua importância abrangia a vida e a morte de seus integrantes. Tão importante que participar era uma segurança de morte uma vez que os cemitérios faziam parte do patrimônio destas.

É certo que os agrupamentos criavam estratificação social uma vez que reforçava as diferenças sociais e étnicas. Na prática, estas agremiações que deveriam ter finalidade exclusivamente piedosa e religiosa, assumem caráter associativo³³. Na profissão, o indivíduo se bem nascido, encontrava a projeção desejada. Assim, as irmandades não foram instituições que buscaram uma igualdade social, muito pelo contrário. Com exemplo as irmandades dos negros: não combateram a ordem escravocrata. No máximo o esforço foi para se mostrarem em igualdade com os brancos. Ideologicamente, alimentando esta ilusão, minimizaram sua expressão cultural, o que favorecia o controle do Estado. Por este motivo as irmandades não foram combatidas, muito pelo contrário, foram incentivadas. Divididos em irmandades, havia facilidade de controle pelo Estado. Para os ricos brancos, na condição de dominadores, não havia diferença do seu modo de vida. Aos excluídos, sobrava a falsa ilusão de participar da sociedade.

³¹ BOSCHI Caio C: *Os leigos e o poder das irmandades e política colonizadora em Minas Gerais*. ... *op. cit.*, p. 149.

³² SOUZA, Laura de Mello: *Desclassificados do Ouro*., *op. cit.* p. 164.

³³ SALLES, Fritz Teixeira de: *Associações religiosas no ciclo do ouro*. *op. cit.*, p. 43

CAPÍTULO II

2.1- Exclusão Social - um fenômeno natural ou intencional.

Josué de Castro³⁴, em meados do século XX, dizia que a história da humanidade é a história pela obtenção do pão nosso de cada dia e que não conseguimos, com nossa organização, uma distribuição equânime dos recursos produzidos. A questão que coloca é: até que ponto a má distribuição é uma contingência ou fruto de uma política deliberada de um processo de poder. Na formação da sociedade mineira, como foi mostrado no primeiro capítulo, o Estado tinha a intenção clara de arrecadar. Tolerava e incentivava as irmandades leigas, responsáveis pela ideologia de igualdade e inclusão, tão necessária à manutenção da ordem interna. Assim, mantendo uma estratificação social que era aceita por todos, as irmandades faziam parte da política de poder.

Ainda hoje, século XXI, a questão de Josué de Castro deve ser colocada. A leitura dos números do censo IBGE - 2000, segundo Márcio Pochmann³⁵, mostram um país que ainda não conseguiu superar as suas diferenças sociais. As diferenças regionais possibilitam destacar áreas onde o grosso da população representa um país rico, moderno e cosmopolita contrapondo regiões atrasadas, pobres e oligárquicas. Se aumentarmos o foco, encontraremos dentro das regiões consideradas cosmopolitas, diferenças sociais entre os indivíduos habitantes desta região. Se retomarmos o conceito de desclassificados de Laura de Mello e Souza para a idade do ouro - antigo regime caracterizado por uma sociedade estamental -desclassificados seriam os colocados à margem da uma ordem existente. Como seriam os desclassificados de hoje?

No Brasil do século XXI, existe uma gama de bens sociais produzidos e que, teoricamente deveriam estar à disposição para o conjunto da sociedade. Incluem neste rol: escola de qualidade, atendimento a saúde, emprego formal, leis protetoras, segurança pública, etc. Os excluídos sociais de hoje seriam os

³⁴ CASTRO, Josué: O tabu da fome. In: *Geopolítica da fome*. 2. ed. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil. 1952. p 37-67.

³⁵ POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo: *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. p.21

desclassificados de ontem - aqueles que não têm acesso a estes direitos sociais básicos que os leva a condição de sub-cidadão; sem direitos, sem consumo, sem ferramentas para superar esta condição³⁶. As ferramentas deveriam ser dadas pelo Estado e seriam, segundo Pochmann, por uma adequada reforma agrária, tributária e social cuja ausência transformou o capitalismo brasileiro numa máquina de produção e reprodução de desigualdades.

O Índice de Desenvolvimento Humano (I.D.H) da ONU é um indicador calculado por esta organização, do desenvolvimento humano dos países filiados. No cálculo da ONU são comparados as informações sobre educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita)³⁷. O resultado varia de zero, que corresponderia a zero de desenvolvimento humano, a um, que seria um desenvolvimento total³⁸. Para os países cujo índice calculado é menor que 0,500, a ONU atribui de baixo desenvolvimento humano. Entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e, acima de 0,799, de alto desenvolvimento humano.

O cálculo da ONU sofre críticas. Para alguns ele é insuficiente como indicativo da qualidade de vida humana à longo prazo, sendo a análise imediata, incapaz de prever avanços e retrocessos na vida social. A inclusão de indicadores sociais (educação e longevidade) inegavelmente são avanços, porém insuficientes para medir transformações à longo prazo³⁹.

Mantendo os princípios e a fórmula da ONU, vários mapas de exclusão social têm sido traçadas, em escala regional e municipal. Como no âmbito mundial, ilhas de prosperidade e elevado índice de desenvolvimento humano contrastam com regiões e bairros com elevados índices a exclusão social. Os indicadores usados para determinar o índice de exclusão de alguns destes mapas são mais abrangentes que os clássicos utilizados pela ONU. Estes mapas, que se transformam em Atlas, se interpretados da maneira correta, deveriam servir de diretriz ao poder público no estabelecimento de políticas direcionadas a minimizá-las.

³⁶ POCHMANN. Márcio: *Atlas da exclusão social no Brasil... op. cit*, pg 26

³⁷ POCHMANN. Márcio: *A exclusão social no Brasil*. www.coreconrs.org.br/anais.htm

³⁸ $P = \frac{X_i - \text{Min}(X_i)}{\text{Max}(X_i) - \text{Min}(X_i)}$ onde: P = identifica qual o indicador que está em estudo; i = índice que identifica o país em estudo; X = valor assumido pela variável P; Min(X) valor mínimo da variável X; Máx(X) valor máximo da variável X

³⁹ WWW.sinprosp.org.br/extra.asp?id_extra=286

O Atlas da exclusão social no Brasil de Marcio Pochmann é uma referência. O Brasil que dele emerge é a constatação que em 2003: “Ao longo do território do quinto maior país do mundo, há alguns acampamentos de inclusão social em meio a uma ampla “selva” de exclusão que se estende praticamente todo o espaço brasileiro”⁴⁰

O índice de exclusão social foi calculado a partir de três componentes e para cada componente, definiu ponderações que julgava apropriada:

Componente	Índice Criado	Peso
Um padrão de vida digno	• Medido pela pobreza dos chefes de família do município	17,0%
	• Medido pela taxa de emprego formal sobre o PIA	17,0%
	• Medido por uma próxima da desigualdade de renda	17,0%
Conhecimento	• Medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos	5,7%
	• Medido pelo número médio de anos de estudo do chefe do domicílio	11,3%
Risco juvenil	• Medidos pela porcentagem de jovens na população	17,0%
	• Medido pelo número de homicídios por 100 mil habitantes.	15,0%

Tabela 1: Variáveis analisadas pelo índice de exclusão social e suas ponderações para Brasil.⁴¹

O interessante neste trabalho é que, por índice pode ser traçado um mapa de modo a fazer uma leitura individual. Pode-se chegar, por exemplo, que o número de homicídios por 100 mil habitantes não correspondente a região onde a renda dos chefes de família é menor. Outros fatores influenciam o universo da sociedade analisada.

No âmbito municipal, com base no ano de 1996, Maria Inês Nahas, coordenou o Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte que apontou 48% da população vivendo o processo de exclusão. No trabalho, as variáveis dimensionam

⁴⁰ POCHMANN, Márcio: Atlas da exclusão social no Brasil... op. cit, p. 21.

⁴¹ POCHMANN, Márcio: Atlas da exclusão social no Brasil... op. cit, p. 18.

a exclusão / inclusão das 81 Unidades de Planejamento - Ups - que é a divisão geográfica da cidade usada pela PBH.

Para chegar a este resultado estabeleceu cinco dimensões de cidadania:

Dimensões de cidadania	Variáveis	Indicadores
Ambiental	Acesso a moradia Acessos aos serviços de infra-estrutura	Qualidade de domicílio Densidade domiciliar Infra-estrutura básica
Cultural	Acessos à educação	Índice de escolaridade relativa
Econômica	Acesso ao trabalho Renda familiar per capita	Taxa de ocupação formal Taxa de ocupação Acesso a renda
Jurídica	Acesso a acessória jurídica	Acesso a assistência jurídica privada
Segurança de sobrevivência	Acesso aos serviços de saúde Garantia de segurança alimentar	Mortalidade neo e pós natal Atendimento de crianças com desnutrição Benefícios da previdência pública

Tabela 2 – Variáveis usadas para determinação do mapa de exclusão social de Belo Horizonte⁴²

A utilização de índices conforme metodologia IDH, é um método científico, e que, definidos os indicadores, é possível mapear os pontos de exclusão. Mas é um índice comparativo, e a simples divisão em regiões e bairros não determina a completa realidade desta. Fatores como densidade demográfica, por exemplo, devem ser considerados. Uma extensa área em um mapa pode ser habitada por um pequeno número de pessoas e vice-versa. A leitura imediata baseada somente na área que ocupa no mapa pode não representar o número de pessoas envolvidas. Neste aspecto, os mapas de exclusão dentro dos municípios levam vantagens sobre os regionais ou os que comparam municípios uma vez que aumentam o foco e são capazes de perceber diferenças que os levantamentos macros são incapazes de fazê-lo. Renda é um bom exemplo. Nos mapas municipais, alguns portentados podem elevar o PIB per capita, que encobriria o rendimento dos menos favorecidos.

⁴² NAHAS, Maria Inês: *Mapa da exclusão social*. Revista Minas faz Ciência. Número 2 – FAPEMIG.

2.2- A EXCLUSÃO SOCIAL EM MARIANA

Como já citado neste trabalho, a partir dos anos 90, mapas da exclusão têm sido traçados e estão se constituindo, pouco a pouco, em pontos de referência para estabelecimento de políticas públicas e em instrumentos de divulgação deste flagelo nacional. Em junho 2003, o NEASPOC produziu o “Mapa da Exclusão Social em Mariana - Municípios e Distritos” (Por Setor Censitário)⁴³. Utilizando de dados deste relatório e empregando a fórmula de cálculo proposta na criação do IDH da ONU foi determinado o índice de Desenvolvimento dos 15 setores do Município Sede, conforme divisão de NEASPOC. (ver tabelas 3, 4)

Para traçar um Atlas, foram estabelecidos os indicadores de educação -cujo índice foi de analfabetos e sem instrução - e renda familiar com índice em domicílios com rendimento até 3 SM..O objetivo é uma análise comparativa entre os diversos setores do município sede, sem a pretensão de comparação com outras realidades sócio-culturais. Os valores máximo e mínimo usados na fórmula do cálculo do IDS (índice Desenvolvimento Setorial) são respectivamente o maior e menor resultado do respectivo índice, sendo: porcentagem de analfabetos / sem instrução os indicados para o cálculo do IDS-E; e a porcentagem acumulada de domicílios com renda familiar até 3 SM. o indicador da IDS-RF. O resultado varia de 1 que corresponde a baixo indicador para 0, melhor indicador, lembrando que a comparação é entre os setores do município de Mariana.

⁴³ CERQUHIRA. Adriano S. Lopes da Gama: *Mapa da Exclusão Social em Mariana - Municípios e Distritos (Por Setor Censitário)*. Mariana - MG. NEASPOC. UFOP. 2003 p.3 – 57.

TABELA 3

Sector es	Analfabeto Sem instrução (%)	Primário completo / Incompleto (%)	1º grau completo/2º incompleto (%)	2º grau completo/superio r incompleto (%)	Superior completo ou mais (%)	IDS-E ⁴⁴ (analfabetos e sem instrução)
1	16	21	33	25	5	0,62
2	11	31	26	28	4	0,31
3	8	29	14	37	12	0,12
4	6	30	23	32	9	0
5	11	43	19	24	3	0,31
6	13	37	21	26	2	0,5
7	11	33	24	29	3	0,31
8	13	30	26	31	1	0,5
9	11	27	27	32	3	0,31
10	10	27	20	42	2	0,25
11	16	43	23	18	1	0,62
12	22	39	22	17	0	1
13	12	37	23	24	4	0,37
14	10	13	40	35	2	0,25
15	21	25	25	21	8	0,94

Tabela 3 - Grau de instrução do município de Mariana (fonte: Mapa da Exclusão Social em Mariana – Municípios e Distritos (Por Setor Censitário) - Junho/ 2003 – NEASPOC – Ufop.

⁴⁴ Para cálculo do IDS-E foi usada a fórmula:

⁴⁴ $P = E_{\text{setor}} - E_{\text{min}} / E_{\text{máx}} - E_{\text{min}}$ onde: P = identifica qual o setor que está em estudo; E setor = Percentagem de analfabetos do setor. conforme tabela; E_{min} = percentagem do setor com menor número de analfabetos (setor 4 = 6 %) E_{máx} = percentagem do setor com maior número de analfabetos (setor 12 = 22 %).

TABELA 4

Setores	Até 1 SM (%)	1 a 3 SM (%)	3 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	10 a 20 SM (%)	Mais de 20 SM (%)	Até 3 SM (%)	IDS-RF Até 3 SM ⁴⁵
1	7	40	27	19	4	1	47	0,43
2	10	44	19	16	6	4	54	0,55
3	5	33	18	23	10	3	38	0,29
4	10	33	25	21	5	3	43	0,37
5	13	36	23	21	4	2	49	0,46
6	11	41	25	14	5	1	52	0,51
7	14	39	25	15	3	3	53	0,53
8	14	36	22	15	8	2	50	0,48
9	11	37	26	17	8	1	48	0,45
10	11	30	20	27	6	3	41	0,33
11	26	41	17	10	2		67	0,75
12	19	63	6	13			82	1
13	24	34	21	14	6	1	58	0,61
14	5	15	29	39	12		20	0
15	10	24	14	33	14	5	34	0,22

Tabela 4 - Renda média (em Salário Mínimo por setor) do município de Mariana (fonte: Mapa da Exclusão Social em Mariana – Municípios e Distritos (Por Setor Censitário) - Junho/ 2003 – Neaspoc – Ufop.

⁴⁵ P - Esetor - Emin / Emáx - Emin onde: P = identifica qual o setor que está em estudo; E setor = Percentagem de famílias com renda até 3SM do setor, conforme tabela; Emin = percentagem do setor com menor número de famílias com até 3 SM (setor 14 = 20 %) Emáx = percentagem do setor com maior número de famílias com até 3 SM (setor 12 = 82 %).

Utilizando a média dos resultados de IDS-E e IDS-RF foi montado o Atlas do desenvolvimento social do município de Mariana (anexo 1). A divisão em setores corresponde a do Mapa da Exclusão Social em Mariana - NEASPOC. Foram consideradas 3 faixas: de 0 a 0,20 - desenvolvimento pleno ; 0,21 a 0,5 - bom desenvolvimento; 0,51 a 1,0 pouco desenvolvido.

O resultado que emerge não é diferente dos outros trabalhos citados: diferenças sócio-econômicas entre regiões do município sede. Um Atlas pode conter um número maior de indicadores, como demonstrado neste trabalho. O Atlas -aqui traçado para o município sede é metodologicamente correto, quando comparamos diferenças dentro do próprio município sede. Não tem outra pretensão senão a de mostrar que existem diferenças dentro do próprio município. É limitado a dois indicadores porém fundamentado em resultado de pesquisa domiciliar. Um mapa de exclusão no sentido de identificar o acesso equânime aos bens produzidos pela sociedade contemporânea, de preferência deve incluir uma gama maior de indicadores onde estes bens são analisados. Mas não invalida a certeza que, ainda hoje, as diferenças sócio-econômicas existem.

A questão que se coloca é se são mantidos, no estilo de Josué de Castro, função de uma política deliberada de poder.

CAPÍTULO III

3.1- Análise do indicador educação.

Praticamente, todos os índices de exclusão social têm como um de seus indicadores, o acesso a educação. Este indicador não poderia ser utilizado na formação das Minas. Neste período a organização da sociedade e da economia fundamentava no modelo de exploração e exportação do ouro. Não podemos dizer que era desnecessário uma escola em que fosse reproduzida, diversificada e otimizada as técnicas de extração e apuração do ouro, e das atividades que a suportavam, mas não existiram. E foi política de Estado que não existissem. A força de trabalho era de escravos e aventureiros, em contraponto a administração de portugueses dignos representantes da coroa na colônia, auxiliados pelo Clero. Esta estrutura social garantia a organização da produção para a qual era dispensável a escola enquanto mecanismo de re-alocação de classes.

As escolas da colônia, em sua maioria jesuítas, preenchiam então um novo papel: reprodução das relações de dominação e reprodução da ideologia dominante⁴⁶. Dos seus quadros recrutavam os alunos para que fossem os perpetradores da hierarquia e ideologia. Nas Minas, o primeiro colégio de humanidades foi o Osório, fundado por Manoel da Costa Osório, em 25 de janeiro de 1742, em Sumidouro de Mariana. Ensinau classicismo, latim, grego e música barroca. O regime era liberal e familiar⁴⁷, contrastava com a educação jesuítica de então, cuja função consistia em tornar dóceis a população índia e escrava⁴⁸, de modo que, a igreja e o poder se uniam em um sistema de dominação.

Se na formação das Minas a educação não era uma política de Estado, uma vez que o modelo económico não exigia aperfeiçoamento da mão-de-obra, esta condição vai-se modificando à medida que o Estado se consolida enquanto instituição jurídica, repressiva e mediadora do processo económico

⁴⁶ FREITAG, Bárbara: *Escola , Estado e Sociedade*. São Paulo. Ed Moraes. 1986. 6 edição. Pg 47

⁴⁷ SARTORELLK, Luis: *Mariana, Berço de Varões Ilustres*, Ed. Boro. 1976. p.20

⁴⁸ FREITAG, Bárbara: *Escola . Estado e Sociedade...* op. cit. p. 48

Já no século passado, 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde -governo Vargas - fruto da divisão da hegemonia até então dos cafeicultores e nova classe burguesa emergente. Neste ano, originárias da fusão de instituições isoladas de ensino superior, são criadas as primeiras universidades. A Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação. Este coordenaria e supervisionaria as atividades de ensino. O ensino primário passaria a ser gratuito e obrigatório. Outros artigos desta constituição eram como introdução do ensino profissionalizante para as classes “menos privilegiadas” a cargo dos sindicatos e empresas; ensino religioso facultativo e obrigatoriedade de disciplinas de educação moral e política. Apontam o sistema de educação migrando do âmbito religioso para o Estado.⁴⁹

Demerval Saviani⁵⁰, no capítulo “Teoria da escola enquanto aparelho ideológico do Estado”⁵¹, traz a luz, na visão de Althusser, a posição da escola no conjunto das instituições que compõem o Aparelho Ideológico do Estado. Na reprodução das relações capitalistas ela traz para si as crianças de todas as classes sociais. Durante anos, as submetem a saberes práticos da ideologia dominante. Por classe, a cada grau, são introduzidas no processo produtivo. Alguns avançam na escolarização e, quando a interrompem, ocupam os quadros médios - pequenos burgueses. Uma minoria, segundo Demerval Saviani⁵², chega ao vértice da pirâmide e vão ocupar os postos de agentes da exploração do sistema produtivo, de agentes da repressão nos Aparelhos Repressivos do Estado e de “profissionais da ideologia” nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Assim a escola, na visão de Saviani, deixa o papel de fomentador de igualdade social para constituir em mecanismo de garantir e perpetuar os interesses da classe dominante.

Embora possa parecer um discurso ideológico, a realidade contemporânea não se encontra distante deste. Cristovam Buarque, então ministro da educação do governo Lula, em artigo intitulado “Apartheid Social”⁵³ afirma, em entrevista, que

⁴⁹ FREITAG, Bárbara: *Escola, Estado e Sociedade...* op. cit, p. 57

⁵⁰ SAVIANI, Demerval: *Escola e Democracia. Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo. Ed Cortez. 1986 pg 25.

⁵¹ Segundo Saviani, além da Escola, a religião, a família, o jurídico, a política, os sindicatos, os meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão) e o cultural (letras, belas artes, desportos), são aparelhos ideológicos do Estado.

⁵² SAVIANI, Demerval: *Escola e Democracia. Teorias da educação, curvatura da vara. onze teses sobre educação e política*. São Paulo. Ed Cortez. 1986 pg 27.

⁵³ HOLLANDA, Eduardo: *Revista Isto É*-1781- 19/11/2003

a maior desigualdade brasileira ocorre na educação. Esta mantém um verdadeiro apartheid ou apartação social. O sistema educacional atual exclui 70 % da população de melhores oportunidades de emprego e salários.

Segundo números apresentados pelo então ministro, o custo - que o presidente diz investimento - para se educar um filho dos quatro anos à universidade, em recursos próprios e somados aos do Estado, é de R\$ 240 a 250 mil. Estes recursos são proibitivos para a maioria da população pobre, que os confinam a redes públicas. Resulta em 28 % de alunos que não completam a quarta série, 73 % que não completa o ensino médio. Segundo o ministro, uma das causas é que a, educação é sempre vista pela ótica do Estado, nunca pelo ponto de vista do aluno⁵⁴.

Na formação das Minas, não era possível a avaliação da inclusão social baseado na educação visto que não era uma prioridade do Estado. Hoje, a simples presença física na escola fundamental, que é um indicador que está presente quando são determinados índices de exclusão, mesmo sendo uma determinação de Estado, não constitui um parâmetro capaz de medi-la. Encobre diferenças sociais de origem.

⁵⁴ As outras causas, listadas na reportagem são: no Brasil a educação só tem valor enquanto aumento potencial na renda; desprezo da elite política pelo povo.

CAPÍTULO IV

4.1 - Análise do indicador renda

A descoberta das Minas abriu um ciclo novo na economia da colônia. Contrastando com a economia açucareira, na qual era necessária uma grande inversão no estabelecimento e manutenção dos engenhos, na extração do ouro, o capital inicial não era tão determinante. As possibilidades a um homem livre e dotado de iniciativa e sorte eram reais e maiores. Se, na economia açucareira, as possibilidades de ascensão social aos livres eram limitadas, na ourífera que se constituía, mesmo aqueles com recursos mínimos, que logicamente limitava a empresas mínimas, dependendo da sorte em encontrar depósitos aluvionários ricos a ascensão, em pouco tempo, em empresário de destaque era real⁵⁵.

No início da atividade mineradora, a exploração do ouro de aluvião nos rios, determinou duas características a esta: mobilidade e baixo capital fixo. A incerteza da manutenção da produtividade da extração era um desestímulo a inversão em capital fixo e os mineradores estavam sempre prontos a buscar depósitos mais promissores. Esta prática resultava em alta lucratividade à atividade.

Em contrapartida, a dificuldade de abastecimento e consequente aumento dos preços de alimentos e dos animais de transportes também era uma realidade de modo que a “fome acompanhava a riqueza da região”⁵⁶. Para Celso Furtado⁵⁷ esta elevação dos preços acabou por se constituir um mecanismo de irradiação dos benefícios económicos da mineração.

A localização das minas em área geograficamente afastada dos portos justifica, numa primeira fase, que a atividade tenha absorvido os recursos disponíveis e necessários a sua manutenção e provimento e que tenha resultado em preços elevados destes. Não se justifica que não tenha sido buscado o desenvolvimento de manufaturas uma vez que, embora disperso em uma grande região, a população agrupava em centros urbanos e semi-urbanos. Para Celso

⁵⁵ FURTADO, Celso: *Formação económica do Brasil...* op. cit, p. 75

⁵⁶ ANTONIL, André João: *Cultura e Opulência do Brasil...* op. cit., p. 170.

⁵⁷ FURTADO, Celso: *Formação económica do Brasil...* op. cit, g 77

Furtado⁵⁸, a explicação clássica de que foi resultado de política portuguesa de dificultar o desenvolvimento manufatureiro da colônia afim de que todos os esforços se concentrassem na exploração, por si só, não responde a questão. Se a lei que proíbe a instalação de qualquer manufatura, data de 1785, anterior, face as condições já enumeradas, é razoável supor que deviam existir. Atribui esta deficiência a baixa capacidade técnica dos imigrantes, cuja causa raiz é o próprio ouro das minas. Houvesse Portugal passado por agruras para pagar o déficit do acordo de 1703 com a Inglaterra (Tratado de Methuen - vinho português em troca de tecidos ingleses), possivelmente seria necessário a instalação de pequenas manufaturas em território português. O ouro brasileiro começou a fluir justamente nesta fase de modo que o déficit era pago com o metal. Os portugueses, que viriam ser o grosso dos imigrantes europeus, não tinham, então, qualificação técnica que possibilitasse a implantação de uma atividade paralela à mineradora, e que permitisse outras formas de recursos que sustentasse a sociedade quando o ouro faltasse.

No primeiro terço do século XVIII, a mentalidade da sociedade que se formava era de assentar-se em uma fonte inesgotável de recursos a alcance de todos, e que devia ser comemorado. O êxito da atividade mineradora foi o pano de fundo do Triunfo Eucarístico. Mais que um tributo ao espírito, a magnífica celebração de maio de 1733 em Ouro Preto, pontuava as diferenças de uma sociedade estamental que dividia-se entre os que buscavam ouro e os que dele usufruíam ⁵⁹.

A dependência de abastecimento de outras regiões que onerava os preços dos insumos necessários a sua manutenção, os altos custos da máquina fiscal portuguesa, a baixa capitalização da atividade mineradora, são fatores que levam a Wilson Cano a concluir que nas minas o que se distribuía era pobreza e desigualdade⁶⁰.

As desigualdades do século XVIII ainda não foram superadas e Minas não é diferente do Brasil, conforme já mostrado. Ilhas de territórios, cidades ou bairros, dependendo do foco, são sitiadas por áreas de exclusão. Marcio Pochman credita

⁵⁸ FURTADO, Celso: *Formação econômica do Brasil...* op. cit. p.81

⁵⁹ SOUZA, Laura de Mello: *Desclassificados do Ouro.*, op. cit p. 19

⁶⁰ CANO, Wilson: *A economia do Ouro em Minas Gerais (Séc XVIII)* Contexto. São Paulo. Nº 3. 1977.

ao antigo sistema de trabalho escravista, a ausência de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo como: reforma agrária, tributária e social⁶¹.

Quando se fala em exclusão social na sociedade atual, indiretamente pode-se interpretar renda. Exclusão no sentido amplo da palavra corresponde a não participação da pessoa nos bens produzidos pela sociedade. São exemplos de bens socialmente produzidos escolas de qualidade, justiça imparcial, saúde, emprego formal remunerado, segurança individual e patrimonial, entre outros. Paulatinamente o Estado tem-se afastado destas atividades e substituído pela iniciativa particular. Esta transferência exclui um grupo que não pode pagar por bens que a própria sociedade produz.

A concentração de renda em poucos no topo da pirâmide nacional representada pelas empresas de capital aberto, já é uma realidade. Metade dos lucros das atividades industriais são concentradas em meia dúzia de uma lista de 64 avaliadas⁶². Conforme artigo citado no rodapé, estas empresas têm acesso fácil a capital para investimento - normalmente no exterior, onde taxas de juros são mais baratas que no Brasil. Se, no contexto empresarial, a concentração de renda é uma realidade, o que esperar do grosso da sociedade.

Desde Pedro Alvares Cabral, Minas inclusive, a economia brasileira, conforme defendido por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, era voltada para a exportação em função de uma demanda externa. Numa segunda etapa, voltada para o mercado interno, houve a substituição das importações. Hoje estamos numa terceira fase: participação no mercado globalizado devido à internacionalização deste. Assim descrito, este processo pode passar a falsa impressão de uma participação ampla no mercado global. O Brasil teria deixado o status de Estado de periferia do sistema econômico mundial que tinha ocupado até então, passando a ocupar as benesses da expansão do capitalismo dos países centrais. Esta mudança de patamar seria a sequência natural de um Estado que, rompendo com o imperialismo central, se industrializaria e transformaria em um país capitalista avançado.

⁶¹ POCHMANN. Márcio: *Atlas da exclusão social no Brasil... op. cit. p. 21.*

⁶² *Dos R\$ 21,5 bilhões de lucro das 64 primeiras, R\$ 10 bilhões estão concentradas nas seis primeiras empresas do ranking dentre as quais figuram a Gerdau, Telesp Operacional. Arcelor. Ambev e Aracruz. Caderno DINHEIRO - Folha de São Paulo - 26 de fevereiro de 2006.*

Mas como participar competitivamente do mercado globalizado com uma estrutura tecnicamente dependente dos países de centro, contra os quais disputa fatias deste? Mais fácil seria os países de centro estabelecerem controles sobre as inovações tecnológicas por eles produzidas. E ainda absorver o pouco que estes países periféricos são capazes de produzir. Restaria a participação no mercado globalizado como exportadores de produtos primários ou commodities, de baixo valor agregado e reduzido alcance social e importadores de produtos tecnologicamente mais robustos. Estes, pela singularidade da técnica inclusa têm, portanto, maior valor agregado que é cobrado na venda.

O resultado é uma busca frenética em reduzir os custos e numa economia com excedente de mão de obra. Os salários são, então, fixados a níveis bastante baixos. Os ganhos de produtividade em função de progressos técnicos e de produção em escala não são repassados aos trabalhadores, sendo concentrados em uma minoria. O Estado em função da necessidade de manter-se em uma economia de baixa geração de capital, recolhe para seu custeio, em torno de 38 % do PIB. A política fiscal, injusta, cobra imposto sobre o consumo, penalizando duplamente a população com menor renda. O resultado é um mercado interno fraco, que não estimula investimentos em produção. Assim a um grande público, são reservadas migalhas de um capitalismo no qual não está inserido, muito em função de sua própria fragilidade que lhe relega papel de expectador das decisões que lhe afetam.

A chegada ao poder da esquerda brasileira representou uma esperança de maior socialização da renda nacional. Entretanto, ela não foi, até o momento, capaz de romper a forma política que a economia é organizada. Adaptou-se a ela. Manteve as forças de natureza supranacional no controle do Banco Central e do Ministério da Fazenda, Estas controlando e subordinando a ação do Estado brasileiro. Aos pobres destina migalhas em políticas compensatórias⁶³. Assim, o novo governo não foi capaz de reduzir de modo significativo a desigualdade social. O PIB médio do triênio Lula foi medíocre e incapaz de alterar o PIB per

⁶³ BENJAMIN. César: *Triste destino*, www.adusp.org.br/16/ver.pdf

capita. Os salários diminuíram e o emprego formal cresceu pouco em relação ao tamanho da força de trabalho.⁶⁴

Com relação aos programas compensatórios, o Bolsa-Família é o destaque do governo atual. Pelo programa, domicílios com renda per capita até R\$ 180/mês, recebem R\$ 65/mês para manter filhos na escola fundamental. Considerado, pelo governo, como o maior programa de distribuição de renda, o Bolsa-Família recebe críticas e elogios de especialistas⁶⁵. Das críticas, a mais contundente é que por si só, o programa é inócuo enquanto distribuidor de renda. O Estado não pode doar R\$ 65 para uma família e se desobrigar de políticas públicas de transporte, educação e saúde. Qualquer política de transferência de renda deve ser com políticas de investimento social. A avaliação positiva é que o governo paga a criança para que tenha tempo livre e estude, para que tenha melhor emprego, tenha maior renda e em consequência, deixe de ser pobre.

Numa sociedade de pleno emprego, o programa seria perfeito. Entretanto, no Brasil atual, se uma família preenche os requisitos para ser beneficiário do programa, faltou a esta justamente a condição para a qual a criança está se credenciando, que é melhor renda. A ação do Estado deveria ser na outra ponta. A de criar condições para que ninguém preenchesse os requisitos de ser beneficiário. Como está, o programa soa mais como assistencialismo e moeda eleitoral. Neste quesito, a eficácia do programa é inquestionável, como mostra as pesquisas para presidente que se aproxima.⁶⁶

Renda é sim um indicador de desenvolvimento humano. Os 11 milhões de beneficiários no país que o governo tem como meta assistir no programa Bolsa-Família em 2006, já é uma cifra inquestionável do número de excluídos da nossa sociedade.

⁶⁴ SAMPAIO, Plínio de Arruda: *Rumos do governo. O que mudou com depois de Lula*. . www.adusp.org.br/16/ver.pdf

⁶⁵ SALINAS, Marcelo: *Eficácia do programa divide especialistas*. Folha de São Paulo- pág A 1 . 12 de fevereiro de 2006.

⁶⁶ *Bolsa-Família impulsiona intensão de voto em Lula*. (Manchete) Pag A1 - Folha de São Paulo. 26 de fevereiro de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de ação social é um dos mais importantes na sociologia de Max Weber⁶⁷. Ele define que toda ação humana (ato, omissão e permissão) tem um significado subjetivo que é dado por quem a executa. Esta ação orientará o comportamento do sujeito em relação a uma ação - passada, presente e futura - de outras pessoas de seu conhecimento ou não. Compreender, pois, o desenvolvimento e os efeitos das ações de um ou mais indivíduos em referência a outros, significa abarcar o caráter social das ações, compreendendo o sentido em que está ação se inclui no contexto social.

Embora considerando que uma ação pode, durante seu desenvolvimento ser ou estar condicionada a emoções, equívocos, irracionalidade, etc, Weber entende que a ação terá sempre uma conduta mais racional quanto for fruto de um planejamento adequado à situação em que está sendo executada. Uma ação racional com relação ao fim é, portanto, aquela em que um indivíduo ou grupo dele empreende, lançando mão de meios adequados e necessários para atingir um objetivo previamente definido.

Nas sociedades capitalistas, a acumulação de propriedades e bens que possam ser usados no mercado, adquire importância fundamental. As ações individuais são direcionadas para várias esferas como: religiosa, política, social e cultural. Podem, também, estar orientadas em um mesmo sentido, que resulta em estruturas sociais coletivas. Se o conjunto da sociedade entende como válida esta estrutura e passa a orientar suas ações individuais neste sentido, constituirá uma ordem que na sociedade atual tem predominância econômica.

No estabelecimento da sociedade mineira do século XVIII, o governo português, e porque não dizer também os mineradores através de orgias financeiras, não investiram recursos que possibilitasse a manutenção da atividade quando os depósitos aluvionais de fácil extração se esgotassem. As ações por parte da metrópole privilegiavam o estabelecimento de um sistema fiscal oneroso. Os

⁶⁷ QUINTANDEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O e OLIVEIRA, Márcia Gardênia: *Um toque de Clássicos*, BH. Editora da UFMG - 2000 Pg 107

recursos obtidos através dos impostos foram canalizados para o fausto caricaturesco da corte e manutenção da dispendiosa e ineficiente administração metropolitana⁶⁸.

A sociedade que se formou foi caótica uma vez que as orientações para as ações foram: a de pagar impostos enquanto a do Estado tributar. Mesmo as ações de ordem religiosa tinham fundo econômico. A proibição de instalação de ordens religiosas, o padroado, o incentivo e tolerância das irmandades são evidências de uma estratégia de poder sobre o espiritual, que facilitava o controle sobre a ordem social e garantia de manutenção do objetivo arrecadatário sem maiores contestações.

A divisão da sociedade pela posse, tão logo o ouro se distanciava do leito dos rios foi uma sequência lógica à igualdade do início do povoamento. Do tumulto inicial, gradativamente vai-se impondo uma ordem, estratificada socialmente e aglutinada em Irmandades que foram úteis à Coroa. Transferia para a população o investimento em construção de templos, a assistência prestada aos filiados que lhes desobrigava desta função, além de receber consideráveis somas em dinheiro em troca de concessão, autorização e provisão⁶⁹. Isto sem contar a sensação falsa inclusão que tanto facilitava o controle social.

A ordem econômica da sociedade contemporânea não conseguiu reduzir a exclusão. O resumo é dado por Márcio Pochman⁷⁰:

“ segundo Celso Furtado, João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares, as referências de modernidade introduzidas pelo avanço do capitalismo tardio estiveram a serviço de um segmento social relativamente reduzido. Muito mais que sinais de progresso, os registros de alguns acampamentos de inclusão são cada vez mais frágeis refúgios de uma sociedade que tem esgarçado o seu tecido social. A consolidação de um projeto de nação é claramente incompatível com isso, exigindo o decisivo enfrentamento da problemática da exclusão social em toda a sua complexidade”.

A afirmação acima vale para o Brasil, para Minas, Mariana, conforme já citado. Josué de Castro⁷¹, em meados do século XX dizia que má distribuição e

⁶⁸ JUNIOR, Caio Prado; *Formação do Brasil Contemporâneo...op. cit.*, p. 171

⁶⁹ SALLES, Fritz Teixeira: *Associações religiosas no ciclo do Ouro...op.cit.*, p. 35.

⁷⁰ POCHMANN, Márcio: *A exclusão social no Brasil...* op. cit, p.22

⁷¹ CASTRO, Josué: *Geopolítica da fome. op. cit.*, p. 44.

fome são amarras que não permitem a sociedade caminhar no sentido de permitir acesso indiscriminado de todos aos bens produzidos por esta sociedade. A passagem do *homem econômico* para o *homem social*.

Exclusão social não foi um tema da agenda nacional até os anos 90. Por exclusão social, no mundo contemporâneo, devemos entender como impossibilidade de alguns a ter acesso a direitos sociais como: escola de qualidade, atendimento a saúde, emprego formal, justiça imparcial, segurança pública, entre outros. Estes bens, hoje, são disponíveis a quem possa pagar por eles, motivo pelo qual renda tem peso decisivo quando o assunto é exclusão.

Dois componentes principais são o cerne desta questão: o Brasil deixar de ocupar um espaço periférico no capitalismo mundial e reduzir a concentração de renda em uma fração minoritária da sociedade. Na raiz do primeiro componente está o peso na matriz exportadora que representa o agro-negócio, commodities e matérias primas, todos de baixo valor agregado e sujeitos a instabilidade de preços e flutuação do câmbio. No mundo capitalista participar e crescer em mercado exige inovações tecnológicas e lançamento de produtos.

Entre 2001 e 2003 somente um terço das indústrias brasileiras fizeram alterações no processo produtivo ou lançaram produtos no mercado, por falta de uma estratégia nacional de inovação, de cultura empresarial e do panorama macroeconômico que fazem dos planos empresariais girem em necessidades de curto prazo. Os indicadores % de patentes registradas na organização para cooperação e desenvolvimento econômico mostram o Brasil com 0,2 % do total, 40% solicitadas por empresas estrangeiras com base no território nacional. Japão e coréia têm 3 e 4% do total, respectivamente. O Brasil é o maior produtor mundial de café e o exporta em grãos. A Alemanha importa café natural e o industrializa, obtendo maior faturamento que o Brasil. Estes são exemplos da limitação brasileira em produzir com valor agregado, que resultaria em maior renda a ser distribuída.

Deste modo somos pequenos no mercado mundial. Para um mercado estima em US\$ 8,9 bilhões, a estimativa é que as exportações 2006 cheguem a US\$ 120 bilhões que representa 1,3% do comércio mundial⁷².

Na outra ponta, a de concentração de renda, Eduardo Suplicy⁷³ faz uma análise perfeita. Para ele, a característica marcante nas últimas décadas, incluindo os do plano real, “é o elevadíssimo grau de concentração e riqueza”. No Brasil, seguindo sua análise, a diferença entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres é nada menos que 28 vezes, a maior do mundo. Razão pela qual o Brasil ocupa a vice-liderança mundial em desigualdade - índice Gini de 0,6 (1995), só perdendo para Serra Leoa com 0,629 (1989).

Outro dado relevante é que no período de 1977 a 1998, os 1% dos mais ricos da população brasileira participava mais na renda que os 50% mais pobres.

Estes dados são efeitos. Suplicy⁷⁴ é enfático na causa:

“a persistência da desigualdade se deve à orientação da política governamental, caracterizada por taxas de juros altíssimas, sobrevalorização cambial (até janeiro de 1999), abertura (comercial financeira) e a privatização mal planejada. Contribuíram também para a persistência a forma como foram destinados os empréstimos das instituições oficiais de crédito, muito mais para os grandes do que para as micro, pequenas e médias empresas, (...) o êxodo de agricultores decorrente da política agrícola, a insuficiência do ritmo da reforma agrária e a inadequação ou debilidade das políticas sociais”.

A conclusão é a de que, ontem ou hoje, ações, permissões ou omissões de ordem econômica da classe dirigente contribuem para um domínio desta ordem sem o objetivo social da equidade do conjunto da sociedade. Resulta em exclusão social que se mantém já que, excluído da ordem econômica, o indivíduo não se qualifica a reivindicar renda e posse que na sociedade de hoje, como na de ontem, lhe incluiria.

⁷² Folha de São Paulo. Poucas empresas fazem invocação tecnológica. Folha B1. 12 de fevereiro 2006.

⁷³ SUP LIC Y, Eduardo Matarazzo: *A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho a equidade*. Rev. Estudos Avançados 14, 2000. p. 23.

⁷⁴ SUP LIC Y. Eduardo Matarazzo: *A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho a equidade...* op. cit p. 25.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- GONÇALVES, Ana Thereza Marques: *A oposição aos imperadores durante o período dos Severos. Uma análise da obra de Herodiano*. São Paulo. USP. Dissertação de mestrado. 1996.
- CHATIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Apresentação de José Sérgio Leite Lopes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n 13, p. 102
- CONH, Gabriel; *Max Weber*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática. 1989.
- QUINTANEIRO, Tânia e BARBOSA, Maria Lígia e OLIVEIRA, Márcia Garelilia: *Um toque de clássicos*. Durkheim, Marx e Weber. BH. Editora UFMG 2000. p. 107.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História geral da Civilização Brasileira* Pg 283- *A Época Colonial*. 2º V. Ed. Difel. RJ e SP. 1977.
- CARRARA, Ângelo Alves: *Historiografia Económica Mineira*, adaptado da tese de doutorado Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais 1696-1807. Rio de Janeiro. UFJR-1997
- SALLES, Fritz Teixeira de; *Associações religiosas, no ciclo do Ouro*. Centro de Estudos Mineiros. BH. 1963
- Jornal valor econômico - 8/9/2005- Agência O Globo do Rio.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro -A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro. Ed Graal. 1982.
- JÚNIOR, Caio Prado: O sentido da Colonização. in: *Formação económica do Brasil: Sentido da colonização*. 4 ed: Brasiliense, 1968.
- ANTONIL, André João; *Cultura e Opulência do Brasil* : Ed. Itatiaia. BH. 1982.. FURTADO, Celso; *Formação económica do Brasil*, 16. ed. - São Paulo: Ed. Nacional. 1979.
- K.ANTOR, Íris e JANCOS, Isteván. *Festa e cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo. Hucitec. Editora USP. Favesp: Imprensa oficial-2001,
- BOSCHI Caio C; *Os leigos e o poder das irmandades e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo. Editora Ática, 1986-
- COSTA, Iraci del Nero da e LUNA, Francisco Vidal. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1982.
- CASTRO, Josué. O tabu da fome. In: *Geopolítica da fome*. 2 ed. Rio de Janeiro. Ed. Casa do Estudante do Brasil. 1952.
- POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo: *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- FREITAG, Bárbara: *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo. Ed. Moraes. 1986, 6 edição

HOLLANDA, Eduardo: *Revista Isto É*- 1781 - 19/11/2003

NAHAS, Marta Inês; *Mapa da exclusão social*. Revista Minas faz Ciência. Número 2 -FAPEMIG.

POCHMANN, Márcio: *A exclusão social no Brasil* www.coreconrs.org.br/anais.htm

SARTORELLI, Luis: Mariana, *Berço de Varões Ilustres*, Ed. Boro. 1976

SAVIANI, Demerval: *Escola e Democracia. Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo. Ed Cortez. 1986

[WWW.sinprosp.org.br/extra .asp?id_extra=286](http://WWW.sinprosp.org.br/extra.asp?id_extra=286)

AGUIAR, Marcos Magalhães; *A vida associativa na capitania das Minas Gerais- "Varias Historias"*. BH. N°17. Março 1997Boshi *Leigos no poder*. ED. Atiça 1986.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Jlumtnismo e escola mineira coloniais*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1968

HOLANDA, Sérgio Buarque de: *História geral da Civilização Brasileira - A Época Colonial*. 2º V. Ed. Difel. RJ e SP. 1977.

SAVIANI, Demerval: *Escola e Democracia. Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo. Ed Cortez. 1986.

TORRES, João Camilo de Oliveira; 1915-1972 - *Historia de Minas Gerais*. Vol. II. 3. Editora B. Horizonte. 1980- PG 63.

CANO, Wilson. *A economia do Ouro em Minas Gerais (Séc XVIII)* Contexto. São Paulo. N° 3. 1977.

CADERNO DINHEIRO - Folha de São Paulo - 26 de fevereiro de 2006. BENJAMTN, César:

Triste destino, www.adusp.org.br/16/ver.pdf

SAMPAIO, Plínio de Arruda: *Rumos do governo. O que mudou com depois de Lula*. . www.adusp.org.br/16/ver.pdf

SALINAS, Marcelo: *Eficácia do programa divide especialistas*. Folha de São Paulo- pág A 11. 12 de fevereiro de 2006.

BOLSA-FAMÍLIA IMPULSIONA INTENSÃO DE VOTO EM LULA. (Manchete) Pag A1 - Folha de São Paulo. 26 de fevereiro de 2006.

QUINTANDEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O; OLIVEIRA, Márcia Gardênia: *Um toque de Clássicos*, BH. Editora da UFMG - 2000.

POUCAS EMPRESAS FAZEM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. Folha de São Paulo. Folha B1. 12 de fevereiro 2006.

SUPLICY, :Eduardo Matarazzo: *A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho a equidade*. Ver. Estudos Avançados 14, 2000. p. 25.

MORAES FILHO, Evaristo de: *Comte*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo. Ed Ática. 1989. -40-

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama: *Mapa da Exclusão Social em Mariana - Municípios e Distritos (Por Setor Censitário)*. Mariana - MG. NEASPOC. UFOP. 2003





